



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

A DINÂMICA DO AXÉ NA MATERIALIDADE DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ

DENIS ALEX BARBOZA DE MATOS¹

RESUMO: Atualmente, mesmo com os consideráveis progressos obtidos através dos diálogos sobre a gestão do patrimônio cultural dos Terreiros de Candomblé pelas instituições preservacionistas, ainda vigora, no contexto de preservação desses órgãos, o pensamento que tende a uma *estetização* desse bem cultural. Resultando em uma petrificação e engessamento dos processos que constituem a dinâmica desses territórios. Essa prática preservacionista parece objetivar uma ressignificação das Casas de Santo que se encontram sob a tutela dessas instituições, como ícones ou símbolos de um passado sacralizado, no sentido de algo que deve permanecer intocado, inalterado, de modo que essa imutabilidade seja projetada no futuro para a fruição da posteridade. Em contrapartida, existe o risco da *fossilização* do seu presente volátil e transformativo. Ainda assim, sistematicamente, as congregações religiosas dos Terreiros de Candomblé tentam, num esforço contínuo, atender ao discurso conceitual dos órgãos preservacionistas, estando atentas às questões relativas a valores históricos, ao patrimônio cultural e a outros conceitos e ideais de preservação fundamentados no axioma do “*patrimônio de pedra e cal*”² que favorece, a monumentalidade, a singularidade histórica e artística, e a imutabilidade arquitetônica. Conceitos diametralmente opostos à realidade das comunidades de Terreiro, que concebem seus territórios, edificações, objetos e espaços como elementos dinâmicos e mutáveis, em perene processo de transformação. A partir dessa problematização é que buscaremos desvelar e elucidar as relações, os conceitos e os significados desses artefatos. Tendo como estudos de caso a Coroa de Xangô do Terreiro da Casa Branca, e a Casa de Omolu do Terreiro do Afonjá.

Palavras-chave: Candomblé, Patrimônio Cultural Afro-brasileiro, Arquitetura de Terreiros, Terreiros de Salvador, Brasil.

INTRODUÇÃO

Durante o exercício do trabalho como técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, tive a oportunidade de observar a gestão do bem cultural Terreiro de Candomblé a partir da perspectiva de uma instituição preservacionista. Por outro lado, enquanto indivíduo que se relaciona com diversas comunidades de

¹ Arquiteto e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, PPGAU/UFBA, Área de Concentração: Restauração, Conservação e Gestão dos Bens Patrimoniais. Endereço Postal: Avenida Caminho de Areia, nº55- Caminho de Areia – CEP: 40.440-360 – Salvador/BA – Brasil. Email: denisalex.matos@gmail.com.

² Expressão que designa os bens tombados ou passíveis de tombamento, cujos valores estão basicamente centrados no seu caráter formal, estilístico, histórico, artístico e arquitetônico, e que aludem aos grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Terreiro e tendo vivenciado a direção desses territórios pelas suas lideranças, pude perceber a existência de inúmeras divergências entre a agenda técnica, administrativa e política do IPHAN e o sistema de preservação dos bens materiais nos Terreiros de Candomblé, estando este, estruturado na cosmovisão de tradição ancestral inerente às religiões afro-brasileiras. Embora os técnicos envolvidos com as demandas dos Terreiros de Candomblé estivessem imbuídos de uma valorosa e abnegada dedicação, não havia por parte da instituição um direcionamento para o estudo dos conceitos fundamentais intrínsecos ao Candomblé. O pensamento vigente sobre a gestão dos Terreiros nas entidades preservacionistas tende a classificar e a separar os objetos de conhecimento que constituem o seu patrimônio material, os colocando em categorias, como quadros sólidos, desassociando esses objetos dos seus sentidos mágico-religiosos e da sua relação com o território em que se encontram, empobrecendo e até mesmo extinguindo os seus significados. Sendo apenas entendidos como peças numeráveis que devem compor um acervo técnico. Dentre os conflitos percebidos, podemos destacar o embate conceitual que sustenta a cisão entre os campos do material e do imaterial, bem como, a defesa sobre a permanência e imutabilidade da matéria original associada à historicidade e a autenticidade dos objetos, *versus* os processos de mutabilidade, transitoriedade e impermanência da materialidade dos bens móveis e imóveis de um Terreiro de Candomblé. Buscando elucidar as causas dessas dissensões, proponho uma análise sobre dois episódios envolvendo dois terreiros de Salvador tombados pelo IPHAN, o Ilê Axé Iyá Nassô Oká, mais conhecido como Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, e o Ilê Axé Opô Afonjá. No Terreiro da Casa Branca, observaremos o evento relacionado à restauração da Coroa de Xangô, no Terreiro do Afonjá, examinaremos o caso sobre a estabilização da Casa do Orixá Omolu.

A COROA DE XANGÔ DA CASA BRANCA DO ENGENHO VELHO

O Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho³, foi o primeiro Terreiro de Candomblé tombado no Brasil, é considerado por muitos estudiosos como o mais antigo Candomblé da Nação Ketu ⁴do país, sendo a principal referência dessa tradição. No ano de 2.000, a Coroa de Xangô da Casa Branca (Ver Fig. – 1) tornou-se o principal motivo de uma petição realizada pela Sociedade São Jorge do Engenho Velho ⁵ao IPHAN.



Fig. 1. Coroa de Xangô da Casa Branca do Engenho Velho. Foto: Denis Matos, 2014.

A petição foi recebida pela instituição e protocolada, transformando-se em um processo administrativo. O requerimento enviado pela Sociedade São Jorge do Engenho Velho, solicitava autorização ao IPHAN para a restauração da Coroa de

³ O Terreiro da Casa Branca ou Ilê Axé Iyá Nassô Oká como é ritualmente conhecido, está inscrito no Livro Histórico, sob a inscrição 504, e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob a inscrição 093, tendo como número de processo a inscrição 1067-T-82, datado de 14/08/1986.

⁴ Tradição do candomblé de origem nagô ou como é chamada atualmente de origem iorubá. Vivaldo da Costa Lima explica como aos poucos, o termo “nação” no Candomblé, foi perdendo sua conotação política para se transformar num conceito quase exclusivamente teológico. “Nação passou a ser, desse modo, o padrão ideológico e ritual dos Terreiros de Candomblé da Bahia”. Sendo assim, nação passou a designar uma “modalidade de rito”, ou uma “forma organizacional definida em bases religiosas” (LIMA, 2003, p. 21).

⁵ Sociedade Civil do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho.

Xangô⁶, peça em madeira situada no centro do barracão⁷. O pedido de restauro surgiu devido o objeto estar sendo acometido por uma infestação de xilófagos, além da oxidação do verniz, fissuras e empeno, apodrecimento do forro, partes faltantes, deslocamento e perdas das folhas de compensado, o que comprometia a integridade e a permanência da coroa. Após a análise e aprovação do projeto de restauro pelo IPHAN, a peça foi restaurada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, através dos recursos da política pública de editais dessa Autarquia Estadual. De acordo com o histórico do Terreiro, o objeto foi confeccionado no início da década de setenta do século passado, por Julieta Alves de Oliveira, mais conhecida como Julieta de Oxum (Ver Fig. – 2). Segundo a matéria da Revista do Jornal da Bahia publicada em dois de outubro de 1972, e intitulada “*Uma Coroa de Xangô leva três anos para ser feita*” (Ver Fig. – 3), a coroa foi construída a partir de uma ordem dada pelo próprio Orixá.



Fig.2. Julieta Alves de Oliveira, Julieta de Oxum. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador/BA.



Fig. 3. Matéria do Jornal da Bahia. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador/BA.

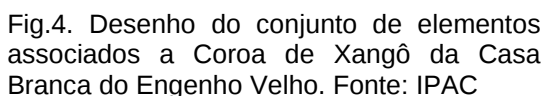
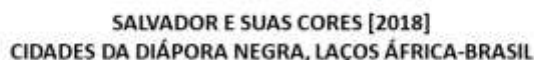
⁶ Orixá do fogo, do trovão e da justiça, foi o terceiro Alafin (Rei) da cidade de Oyó.

⁷ Edificação de maior destaque em um Terreiro de Candomblé, onde acontecem os rituais privados e as festas públicas.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

A referida publicação menciona que: *“Julieta comprou uma faca por Cr\$1,50, um facão, um canivete e um serrote iniciando a confecção da coroa. O trabalho durou três anos [...] A antiga ornamentação (coroa) foi sendo retirada pouco a pouco e a casa tinha necessidade de coroar o seu rei. [...] Fazendo o modelo da coroa no papel, Julieta foi recebendo as instruções do próprio Xangô.[...] O trabalho é feito em cedro, com pedrarias e contas embutidas na madeira. O tempo gasto de três anos foi porque as instruções eram dadas em sonhos[...]”*. Antes do trabalho realizado por Julieta, existia uma coroa também esculpida em madeira e opaca, sendo mais modesta que a atual, cuja elaboração é atribuída ao africano Rodolfo Martins de Andrade, conhecido como *Bangboshê Obitikô*, um dos fundadores da Casa Branca do Engenho Velho. No processo administrativo, encontramos a descrição da Coroa de Xangô pelos técnicos do IPAC: “A coroa é esculpida em madeira e decorada com pedras e pérolas, tendo cerca de 1,75m de diâmetro, confeccionada em madeira fina e macia, passível de cortes definidos e precisos, de qualquer ângulo do barracão o objeto pode ser observado, possui um requinte decorativo, todos com simetria quase que perfeita e harmonia absoluta em tons que se assemelham ao cobre envelhecido, fruto da ação da pátina sobre o verniz aplicado, lhe conferindo o aspecto de tons em matizes de terra, sépia, ocres e marrons, possui um rico decorativismo e minuciosos detalhes, adornada com miçangas, lantejoulas e vidrilhos. O objeto é ornado também com superposições de madeiras talhadas delicadamente em formas de flores e folhas encaixadas umas às outras, sendo esta a mais interessante solução estética do objeto”. No que diz respeito a sua localização espacial, a coroa encontra-se no centro do interior do barracão, estando apoiada em quatro pilares de madeira dispostos em forma quadrangular, os pilares estão sobre um estrado, o aro da coroa repousa sobre um lambrequim em madeira. Embaixo do referido objeto estão posicionados os tronos da alta hierarquia do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho. No centro de toda esta estrutura encontra-se um grande pilar de seção quadrada feito em alvenaria, este elemento, transpassa a coroa e toca a cumeeira do telhado do barracão (Ver Fig. – 4).



⁸ Pierre Verger (1981, p. 18) define axé, como poder em estado de energia pura. Bastide (2001, p. 77) explica que o axé é a força invisível, a força mágico-sagrada de toda divindade, de todo ser animado.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

de realização. Esses objetos sacros onde o Axé é introduzido estão em permanente relação entre si, estabelecendo um fluxo contínuo de energia que se propaga por todo o território do Terreiro. Sendo assim, a mera ausência de um desses artefatos sacralizados provocaria um desequilíbrio energético, interrompendo o fluxo de Axé, o que seria algo catastrófico do ponto de vista da tradição ancestral do Candomblé. Desse modo, é pertinente indagarmos: como a Coroa de Xangô pôde ser deslocada para fora do espaço físico do Terreiro sem comprometer o fluxo de Axé do mesmo? Este caso é bastante curioso, a restauração do referido objeto é um caso singular dentro dos territórios dos Terreiros de Candomblés da Bahia, creio, sem precedentes.

A Casa Branca do Engenho Velho, pela sua antiguidade e legado possui uma forte tradição religiosa, seguindo os princípios do Candomblé de forma ortodoxa. É bastante interessante que dentro desta tradição surja algo tão inovador, por isso mesmo, o ocorrido merece uma análise profunda. Como dito anteriormente, a Coroa de Xangô está localizada no centro do barracão, suspensa no alto, em um lugar de fundamental importância do Terreiro, conhecido como *cumeeira*⁹. Neste local, encontra-se um dos mais importantes e poderosos Axés de uma Casa de Santo, o *Axé da cumeeira*. A produção e a introjeção do *Axé da cumeeira* configura-se como um dos maiores segredos ritualísticos de um Terreiro de Candomblé, sendo este segredo conhecido apenas pela cúpula sacerdotal do *egbé*¹⁰. Sendo assim, a pergunta persiste: como um objeto localizado em um espaço tão relevante para o fluxo de Axé do Terreiro pode ter sido retirado para uma restauração? O centro da coroa é transpassado por um grande pilar de alvenaria, que surge do solo, ascende e toca levemente a cumeeira do telhado do barracão. Curiosamente a coroa não está sustentada por este pilar, nem mesmo se apoia nele, então, qual a finalidade dessa

de todas as coisas. Juana Elbein dos Santos (2008, p. 39) elucida que o axé é a força que assegura a existência dinâmica, que permite o acontecer e o devir. Sem axé, a existência estaria paralisada, desprovida de toda possibilidade de realização. É o princípio que torna possível o processo vital.

⁹ A cumeeira no Candomblé diz respeito a um conjunto de objetos sacros dispostos na parte mais alta do madeiramento do telhado no barracão, esses elementos podem estar situados tanto na face interna do telhado como na sua face externa.

¹⁰ Sociedade, a comunidade que constitui o Terreiro de Candomblé.



estrutura? Este pilar figura-se como um dos mais significativos elementos dos candomblés da Nação Ketu, presente nas mais tradicionais casas de candomblé desta nação. Esta estrutura chamou a atenção do Sociólogo Roger Bastide quando pesquisava os candomblés da Bahia.

[...] na nossa primeira viagem à Bahia, ficamos vivamente impressionados por um traço arquitetural que ninguém tinha assinalado: a existência, no meio do salão de dança, de um poste central. Esse poste não podia ter função arquitetônica, não era suporte do teto, uma vez que não existia nos terreiros bantos, fosse qual fosse a dimensão das salas de dança; e pelo menos num caso, no candomblé de Oxumarê¹¹, não ia até o teto. No entanto, tinha função ritual evidente: era em torno dele que giravam as filhas-de-santo em suas rodas extáticas, e era também a seus pés que, nas cerimônias mortuárias ou *axêxês*, se depositavam os pratos de oferenda, os potes de barro da morta, os pratos contendo farinha ou dinheiro miúdo. (BASTIDE, 2001, p. 83).

Este pilar central funciona como um canal para o fluxo de Axé. Nas suas extremidades estão depositados dois dos principais axés de um Terreiro de Candomblé, implantados no momento da fundação do Terreiro. Na base do pilar é enterrado o Axé *do chão*, poder mágico-sagrado que une, sustenta e singulariza uma determinada comunidade-terreiro. Quando “plantado no solo, este Axé potencializa o sagrado tornando-o extensivo a tudo e a todos que neste chão “deitam” para cumprir suas obrigações”. (FILHO, 2010, p. 129). O antropólogo Raul Lody (1984), chama de *Ixé* o pilar central dos terreiros e o destaca como o principal elemento de entrada do Axé *comunal*. Este pilar pode também ser compreendido como um *Òpá*, espécie de cetro ritual. O Opá ou ainda Opô, significa, entre outras coisas, um bastão, cetro ou poste sagrado, podendo ser entalhado em madeira das mais variadas, com formas e tipos criativos, mantendo, porém, as tradições para a qual será destinado. São também esculpidos em pedras com tamanho suficiente para serem expostos, admirados ou cultuados publicamente. Como exemplos de opás em África podemos citar o *Òpá Ògún* (Ver Fig. 5) e o *Òpá Oranian* (Ver Fig. 6), ambos situados na cidade de *Ilê Ifé* na Nigéria.

¹¹ Aqui o autor se refere ao *Ilê Oxumarê Araká Axé Ogodô*, ou como é mais conhecido Terreiro do Oxumarê, localizado no Bairro da Federação, em Salvador na Bahia.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL



Fig. 5. Òpá Ògùn em Ilê Ifé. Foto: Pierre Verger, 1949.



Fig. 6. Òpá Oranian. Foto: Pierre Verger, 1949.

Cravados diretamente no solo, com suas formas fálicas, os Opás dominam os espaços, numa espécie de *cosmização* dos territórios. A implantação desse poste central é sempre uma consagração, é o surgimento do *Axis mundi* (ELIADE, 2013) e demarca sempre o surgimento ou a criação de um mundo, além de ser uma abertura para o transcendente. O Opá só pode ser erguido e implantado no momento da fundação do terreiro quando são realizados os “*preceitos de chão*”. Na parte superior do pilar central é implantado o *Axé da cumeeira*, possuindo a mesma relevância que o Axé enterrado na base do pilar. Após os *preceitos de chão* e, depois de erguidas as paredes e construído o telhado, faz-se o preceito de dar *comida à cumeeira*. As consolidações desses dois elementos finalizam as etapas de fundação de um Terreiro de Candomblé. Uma vez prontos, vem à inauguração do que se chama Terreiro, Roça, Candomblé, Ilê Axé ou Casa de Santo. O Opá é o cordão umbilical do Terreiro, marca o nascimento da casa, de um extremo a outro do pilar central corre o principal fluxo de Axé do templo, o *Axé de fundação* ou *Axé comunal*, sendo este definitivo e permanente, desde que os elementos portadores desse Axé não sejam deliberadamente retirados dos seus lugares de origem, interrompendo assim a dinâmica da força sagrada do Terreiro. No caso da Casa Branca do Engenho Velho, este Axé é, sobretudo, a origem de inúmeros Terreiros de Nação Ketu da Bahia e do



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Brasil, sendo, portanto, uma “*casa mãe*”, no sentido de que dela surgiram outros Terreiros de Candomblé, considerados como seus *filhos*. Mas o que motivou a solicitação do restauro da Coroa de Xangô? Sendo um objeto que aparentemente está vinculado ao *Axé de fundação* do Terreiro? Consideramos a seguinte conjectura: acreditamos que o artefato não possui de fato um valor ritualístico que esteja diretamente relacionado ao *Axé de fundação* do Terreiro, podemos observar que anteriormente existia uma coroa também em madeira, só que mais modesta que a atual. Percebemos que a troca dos objetos foi realizada seguindo o princípio da substituição existente nos Terreiros de Candomblé, ou seja, o objeto degradado pode ser substituído, desde que o novo objeto seja devidamente sacralizado e preserve as características estéticas do seu antecessor, bem como a mesma constituição material, preservando assim os seus sentidos místicos e simbólicos. A matéria é substituída, mas o objeto continua a revelar os mesmos significados, resolvendo assim a questão lacunar. Confeccionada em cedro, a coroa atual, através da sua matéria-prima, a madeira, estabelece uma relação com a essência do Orixá Xangô. Além do Orixá Iroko¹², Xangô e alguns dos deuses que compõem a sua família mítica, são as únicas divindades cujos objetos sacros estão contidos em um recipiente de madeira, muitas das insígnias desse Orixá são também confeccionadas com este material. Na linguagem do Candomblé, equivale a dizer que Xangô é “*assentado*”¹³ na madeira.

Entretanto, somente o princípio da substituição não resolve a questão da solicitação de restauro da Coroa de Xangô, ao contrário, torna o quesito mais intrigante, por que não substituir mais uma vez a coroa por outra? Sendo que no Candomblé os elementos materiais podem ser substituídos desde que devidamente sacralizados? É bastante incomum um objeto possuidor de Axé ser deslocado para fora dos limites do Terreiro, sobretudo um objeto que esteja vinculado a um Axé tão importante como o *Axé de fundação*. Dificilmente um objeto sacro dessa importância seria transportado para além das fronteiras de uma Roça de Candomblé, do mesmo modo, seria

¹² Orixá da árvore, comumente representado no candomblé através da árvore da Gameleira Branca.

¹³ O termo *assentado* no Candomblé, diz respeito ao ato de fixar uma parcela do Axé do Orixá em um determinado objeto.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

impensável que um não iniciado, no caso os restauradores do IPAC, colocassem as suas mãos em um objeto de tamanha importância ritualística, isto causaria grandes problemas de ordem energética, desestruturando a dinâmica de Axé do Terreiro. Isto seria um contrassenso ao binômio *Orô* e *Awô*, respectivamente obrigação e segredo, vigentes nos Terreiros de Candomblé. Deoscoredes Maximiliano dos Santos, o Mestre Didi Axipá, sacerdote supremo do Culto de *Bábá Egum*¹⁴ no Brasil, era também um artista plástico de renome, conhecido como o artista-sacerdote. O seu trabalho escultórico era produzido através do uso de materiais relacionados ao culto dos Orixás e Eguns como a palha-da-costa, fibras vegetais, miçangas, búzios, couro, etc. Entretanto, o Mestre Didi enfatizava a diferença das peças que ele produzia para uma exposição artística, com relação às peças produzidas para o culto dos Orixás e Ancestrais, sendo estas últimas possuidoras de Axé e do segredo ritualístico, não podendo, portanto, estar expostas em um lugar profano, e nem sair dos limites físicos do Terreiro. Sobre a sua obra Jaime Sodré nos explica:

Quanto ao “mistério”, significa o secreto, o preservado e, acima de tudo, o compromisso do “não revelado”, que se esgota nas possibilidades de decodificação do iniciado e na ansiedade e curiosidade dos leigos. A sua obra escultórica, baseada nos valores do candomblé, e levando em conta a sua qualidade de executor “artista-sacerdote”, omite conscientemente o que não é permitido revelar e expõe os traços marcantes da cultura afro-brasileira, o que permite identificar a procedência, a temática, o mito, os valores estéticos, associá-los ao sagrado sem negligenciar a distância necessária que caracteriza a peça sacra, imantada de *Àșe* (Axé), e a peça profana, imantada com a ficção; porém, em ambas, revela-se o estético, o “belo”. (SODRÉ. J, 2006, p.190).

No Candomblé, os objetos possuidores de uma grande parcela de Axé devem ser mantidos em reserva, longe dos olhares. Esses objetos são alvo de preservação, mas apenas um número restrito de pessoas tem acesso a eles. A distância do *objeto numinoso*¹⁵ que é alvo de culto no Candomblé tem como finalidade a conservação e a potencialização do seu Axé, ou seja, a manutenção da força e do poder divino do objeto. Sua preservação consiste em permanecer no lugar onde se encontra, pois constitui o sentido de tudo o que foi transmitido pela tradição. Retirá-los do seu lugar

¹⁴ Culto aos ancestrais masculinos ilustres.

¹⁵ Objeto *numinoso*, objeto possuidor de uma parcela de poder divino.



e das suas camadas de invisibilidade é extinguir o seu poder, a sua força, e o que importa de fato é que o objeto portador de Axé exista e não que seja visto. No máximo, o *objeto numinoso* deve ser visto pelos sumos sacerdotes, pelos deuses e pelos espíritos.

Biri-biri bó won lójú

A escuridão cobre os olhos deles

Ogebri nko mariwô

Aqueles que não foram iniciados

Não podem conhecer o mistério do mariô.

(SOBRINHO, 2015, p. 55).

As camadas de invisibilidade em torno desses objetos são construídas precisamente para intensificar a sua força, multiplicando os seus poderes ao torna-los imperceptíveis. Acreditamos que o mesmo princípio é utilizado nos elementos materiais que constituem o *Axé da cumeeira* do Terreiro. Observamos que o *Axé da cumeeira* que constitui o *Axé de fundação* está nos objetos sacros de Xangô, localizados na face externa do telhado do barracão, longe dos olhares dos leigos. Portanto, o elemento possuidor do Axé nunca foi maculado pelas mãos dos não iniciados ou retirado do seu local de origem. Acreditamos que a solicitação da restauração da Coroa de Xangô pela Sociedade São Jorge do Engenho Velho, se deu pelo seu reconhecimento como obra de arte pela comunidade-terreiro, ou como definido por Alois Riegl, o *Kunstwollen* (o “querer da arte” que alguns traduzem como “vontade de arte”), sendo este desejo que nos faz escolher dentre as obras de arte aquela que deve ser preservada. Este “querer de arte” não é algo absoluto, e sim um valor contemporâneo, é uma tendência, um impulso estético, o germe da arte; é um valor dinâmico, uma força real. (RIEGL, 2014, p. 10).

O *Kunstwollen* não é um princípio monolítico, sua manifestação assume contornos diferentes de acordo com o período, o povo e o lugar geográfico. Uma vez que ele se modifica com a transformação da espiritualidade, cabe ao historiador analisar suas características não de maneira geral, mas caso a caso. (MORMONE.R, op. Cit., p.105-106).



Esta dinâmica do “querer de arte” torna-se evidente, ao observarmos que a coroa anterior foi simplesmente substituída pela atual. Isto denota que este artefato, não possuía na época um reconhecimento como obra de arte excepcional por parte da comunidade do Terreiro da Casa Branca. Mesmo sendo mais antiga, e sua confecção atribuída a Rodolfo Martins de Andrade, lendário sacerdote que teve importante participação na fundação das primeiras casas de Candomblé Ketu no Brasil, o que não ocorreu com a coroa vigente, sendo esta restaurada. Observamos que existe um valor de arte intrínseco, que existe independentemente da posição que a obra ocupa na cadeia evolutiva do tempo e da história. O pedido da comunidade da Casa branca do Engenho Velho para o restauro da Coroa de Xangô corrobora para este sentido de desejo, de uma vontade, portanto consciente, que dá origem a afinidades conceituais e formais na arte de uma época. Além da sua importância como obra de arte, a Coroa de Xangô da Casa Branca do Engenho Velho, remete a todos os aspectos que conectam a existência deste símbolo aos mitos de origem, sendo também um elemento expressivo que alude às características fundamentais da presença africana no Brasil. A Coroa de Xangô, segundo os pertencentes a esta comunidade-terreiro, representa “o legado de lutas que o Deus do Fogo trouxe para seus filhos”. Xangô, Orixá nacional na Nigéria, assume o mesmo caráter em terras brasileiras. (BARROS, 2005, p. 59). Enquanto símbolo, a Coroa de Xangô configura-se como um suporte material em que algo de transcendente se revela. Além de agregar na sua materialidade o *ethos* e a *visão de mundo*¹⁶ da comunidade da Casa Branca do Engenho Velho, corporificando e materializando a profunda integração entre o existencial e o normativo que está presente nas religiões. O simbolismo da coroa significado e dramatizado nos rituais e narrados nos mitos que contam a trajetória do Orixá *Alaafin*¹⁷ resume, de alguma forma, pelo menos para aqueles que estabelecem

¹⁶ Segundo Geertz, o *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A *visão de mundo* que esse povo tem é o quadro das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. (GEERTZ, 1989, p. 143-144).

¹⁷ *Alaafin* – título honorífico usado pelo Oba (Rei ou Imperador) do Império de Oyo, Alaafin quer dizer o “senhor ou dono do palácio”.



uma sintonia com o objeto, tudo o que se conhece sobre o mundo, bem como a qualidade de vida emocional que ele suporta, e sobre a maneira como deve comportar-se quem está nele.

A CASA DE OMOLU DO ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ

Outra situação bastante peculiar, diz respeito a Casa do Orixá Omolu¹⁸ no Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá¹⁹. A nossa análise estará concentrada no pedido da Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá²⁰, que solicitou através de ofício ao IPHAN, a realização de vistoria técnica para efetuação de estabilização na Casa do Orixá Omolu (Ver Fig. - 7).



Figura 7. Fachada principal da Casa de Omolu do Ilê Axé Opô Afonjá. Foto: Denis Matos, 2014.

A referida edificação tem a sua parte posterior voltada para um declive, as estruturas da casa bem como as suas paredes estavam degradadas, estando a edificação em risco iminente de desabamento. Sendo assim, o IPHAN foi acionado pela sociedade civil do Terreiro para que orientasse quanto à estabilização da Casa de Omolu. Em

¹⁸ Orixá da terra, da saúde e da doença, relacionado aos processos tanatológicos.

¹⁹ Terreiro de Candomblé fundado em 1910, por Eugênia Anna dos Santos, a Mãe Aninha, negra de ascendência grunci conhecida ritualmente como *Ọba Biyi*. O Ilê Axé Opô Afonjá foi tombado pelo IPHAN em 28/07/2000, inscrito no Livro Histórico, insc. 559, e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, insc. 124, tendo como número de processo, nº 1432-T-98.

²⁰ Sociedade Civil do Ilê Axé Opô Afonjá.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

vista da demora institucional em atender a solicitação, da urgência e do perigo que ameaçava a integridade física dos membros da comunidade do Afonjá, bem como os objetos sacros de Omolu e dos demais orixás que constituem a sua família mítica, o corpo social do Terreiro realizou por conta própria a estabilização da edificação, sem levar em consideração as normas vigentes para intervenções em bens tombados. Durante as obras de estabilização foi realizada a demolição das paredes degradadas, bem como a ampliação da Casa de Omolu, alterando a sua volumetria. A ampliação teve como objetivo principal a inserção de um novo espaço, construído para abrigar os objetos de Omolu inerentes ao ritual do Olubajé²¹. Do ponto de vista técnico da instituição preservacionista a intervenção executada pelos membros do Afonjá foi completamente equivocada, pois, como elemento pertencente a um território tombado a Casa de Omolu integra o conjunto arquitetônico e a ambiência do Terreiro. Sendo assim, a intervenção a ser realizada deveria manter a composição, volumetria e, sobretudo, a sua materialidade. De acordo com a prática preservacionista institucional vigente nos Terreiros de Candomblé tombados, os fatores inerentes à conservação e preservação do objeto não foram cumpridos, já que a intervenção realizada na edificação deveria priorizar a conservação e a permanência da matéria original, respeitando-se o princípio da autenticidade do bem cultural. O descumprimento desse princípio caracteriza uma transgressão ao patrimônio, a partir dessa perspectiva, podemos afirmar que a Casa de Omolu foi parcialmente destruída, não sendo mais a mesma edificação desde que foi posto em prática o ato da sua ampliação. E na visão do Candomblé, será isso de fato o que ocorreu? A referida edificação, enquanto templo tem como função principal abrigar o Axé de Omolu, presente no seu interior através do Axé “plantado” no solo e nos seus objetos sacros. Juana Elbein dos Santos ao tratar do Axé nos Terreiros de Candomblé esclarece:

“Para que o terreiro possa ser e preencher suas funções, deve receber o Axé. O Axé é “plantado” e em seguida transmitido a todos os elementos que integram o Terreiro”. Uma vez plantado o Axé, ele se expande e se fortifica, combinando as qualidades e as significações de todos os elementos de que é composto: o Axé de

²¹ Cerimônia anual que consiste em um banquete oferecido ao Orixá Omolu.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

cada Orixá plantados no peji dos ilê-Orixás²², realimentado através de oferendas e da ação ritual, transmitido a seus olorixás²³ por intermédio da iniciação e ativado pela conduta individual e ritual” (SANTOS, 2008, p. 39-40).

O termo “plantado” surge como peça-chave para o nosso esclarecimento. Dentro das casas de orixás, existe um elemento arquitetônico chamado de *pêpêlê*, que são tipos de altares onde repousam as representações materiais dos deuses. Durante a construção do *pêpêlê* é depositado no solo um conjunto de elementos portadores de Axé, sendo estes relacionados à divindade cujo *pêpêlê* pertence. A introjeção do Axé no solo onde o altar será construído se dá pelas práticas e ações complexas dos rituais, sendo estas práticas algo de caráter específico, sendo realizado de acordo com o tipo de Axé que se deseja introduzir. O conhecimento ritualístico, desperta ou ativa o Axé “plantado” no *pêpêlê*, o sacerdote ou a sacerdotisa através dos atos mágico-religiosos, intensifica, potencializa e manipula essa parcela de energia oriunda da divindade, sendo este permanente, desde que permaneça incólume no seu local de origem. Este “despertar” do Axé, é o resultado de um conjunto formado pelos vários elementos materiais imantados com o Axé do Orixá e potencializado pelo conhecimento ritualístico transmitido aos iniciados ao longo do tempo. Princípio análogo ocorre com os “assentamentos” de Omolu existentes no interior da sua casa. Estes objetos devidamente sacralizados tornam-se possuidores de uma fração do Axé do Orixá, sendo convertidos em *objetos numinosos*. É relevante explicar que esses objetos só possuem importância na visão do Candomblé devido a sua sacralização, ou seja, a partir da imantação do Axé nas suas materialidades, o que ocorre no decorrer das cerimônias nos Terreiros de Candomblé. O espaço físico da casa do Orixá antes da “implantação do Axé” é um espaço comum, o caráter de lugar sagrado e privado, é adquirido pelos instrumentos do Axé, através de ervas especiais, água lustral (sagrada), oferecimento de alimentos votivos e imolação de animais, quando o sangue assume importância nos ritos de sacralidade. A colocação dos *objetos numinosos* e sua ordenação no espaço, segundo composições específicas, irá representar o Orixá, tornando-se então altar de culto. A concretude material da Casa

²² Literalmente Casa de Orixá.

²³ Filho do Orixá, o mesmo que filho de santo.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

de Omolu é algo inerente à edificação, mas a permanência da sua matéria original, da sua forma e volumetria não possui valor intrínseco algum, o que não desvaloriza a sua importância enquanto templo e local sagrado, pois essa característica não está condicionada à sua materialidade. O seu valor está essencialmente vinculado ao que a edificação abriga, ou seja, o Axé da divindade, bem como os ritos e cerimônias que o potencializa anualmente. Sendo assim, a partir da perspectiva do Candomblé, a estabilização, ampliação, reforma (no sentido de dar outra forma) e demolição das paredes degradadas, não caracteriza uma agressão ao patrimônio, já que o principal patrimônio de um Terreiro de Candomblé é o seu Axé. A morfologia da edificação foi alterada, mas o Axé de Omolu não, portanto a Casa de Omolu do Afonjá continua sendo a mesma. A mutilação ou destruição se daria caso o Axé “plantado” no solo fosse deliberadamente destituído, desestabilizando o fluxo de *Axé comunal* do Terreiro, o que acarretaria consequências desastrosas para a prática, manutenção e perpetuação do culto aos orixás. A extinção do Axé de Omolu comprometeria a existência dos rituais, a transmissão do conhecimento e da cultura ancestral afro-brasileira e, portanto, a própria existência do Terreiro.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Do que podemos entender sobre os assuntos apresentados, é que o bem cultural Terreiro de Candomblé ainda é tratado com incertezas, sobretudo, incertezas de ordem conceituais. Ao tratar sobre a restauração da Coroa de Xangô da Casa Branca do Engenho Velho e sobre a Casa de Omolu do Ilê Axé Opô Afonjá, objetivou-se sinalizar sobre o principal patrimônio de um Terreiro de Candomblé, o seu Axé, energia que eflui por todos os objetos sacros e que confere sentido as suas existências, sejam eles móveis ou imóveis. O caso da Coroa de Xangô evidencia a importância ritual de um objeto material imantado de Axé, e como essa energia é preservada e conservada através das práticas rituais transmitidas pelo conhecimento iniciático, conferindo a esses objetos uma conotação mágico-religiosa. As práticas rituais configuram-se como o principal meio de preservação e permanência do Axé,



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

evidenciando que a manutenção desse poder divino está fundamentalmente vinculada a memória e ao saber ritual, ou seja, às práticas, fórmulas, segredos, normas, regras e preceitos litúrgicos que são transmitidos ao longo do tempo. Sem a memória e o saber ritual que guardam os códigos, símbolos e os atos litúrgicos específicos a cada divindade, bem como os meios para decifrá-los e acessá-los, não existe a possibilidade de produção, potencialização, renovação e permanência do Axé. Sendo, portanto, concluído que a preservação do Axé não está atrelada somente a estabilidade material dos artefatos portadores dessa energia sagrada. Para a conservação e permanência do Axé, se faz necessário à observação de certos cuidados, sendo um deles o de ocultar dos olhos e das mãos dos não iniciados os seus objetos *numinosos* mais importantes e fundamentais, preservando assim o equilíbrio energético da Casa de Santo. Essa mesma deferência não é atribuída a objetos não sacralizados, ou que mesmo sacralizados, não participam de forma efetiva do fluxo do *Axé comunal* do Terreiro. Como dito anteriormente, a ausência de um objeto que esteja diretamente vinculado a este Axé causaria uma considerável “lacuna energética”. A importância primordial de um objeto material no Candomblé não está associada ao seu status estético (embora existam nos Terreiros objetos *numinosos* que são verdadeiras obras de arte), mas sim, ao Axé existente na sua materialidade. Por isso mesmo, não cremos ser a Coroa De Xangô da Casa Branca do Engenho Velho, um objeto fundamentalmente relacionado ao fluxo de *Axé comunal* do Terreiro, se assim o fosse, dificilmente seria visto e manipulado por olhos e mãos profanas. Entretanto, isso não desqualifica o valor desse objeto para a comunidade do Terreiro da Casa Branca. A sua importância pode ser compreendida como obra de arte sacra e como monumento nagô. “Por monumento, no sentido mais antigo e original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)” (RIEGL, 2014, p. 31). A Coroa de Xangô revela às futuras gerações do Candomblé, a trajetória da ocupação nagô na Bahia e no Brasil, bem como o legado da resistência dos negros e da sua religiosidade diante das adversidades enfrentadas ao longo do tempo. Esta



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

obra de arte sacra nagô ratifica a herança de lutas e de força personificada na coroa do Orixá do Fogo. A sua excepcionalidade se dá como obra de arte, compreendida e valorizada pelos membros do Terreiro da Casa Branca, esta singularidade da obra não é algo absoluto, mas que atende as expectativas do querer de arte do povo de santo. Expectativas que não foram formuladas nitidamente e que, a rigor nunca serão, pois mudam constantemente de sujeito para sujeito, e de momento para momento. Esta percepção, compreensão e escolha da Coroa de Xangô como obra de arte, justificam e fundamentam a solicitação da restauração de um objeto pertencente a um território notado pela dinâmica e pela mutabilidade dos seus objetos materiais. A Casa de Omolu do Ilê Axé Opô Afonjá, enfatiza essa lógica da mutabilidade existente nas Casas de Santo. Mais uma vez destacamos a importância do Axé enquanto elemento a ser preservado para a continuidade do bem cultural Terreiro de Candomblé. Observamos a relação existente entre os *objetos numinosos* e a sua relevância para a realização do ritual do Olubajé. Podemos afirmar que no processo de estabilização da Casa de Omolu prevaleceu o “Valor Utilitário ou de Uso”, ou seja, a edificação ampliada continuou a cumprir a sua principal função, que é o de abrigar o Axé de Omolu e propiciar a realização das cerimônias inerentes ao culto desse Orixá. É a permanência do Axé no interior da construção que dá sentido aos *Ossés*²⁴, *Orôs*²⁵, iniciações e finalmente ao uso e a própria existência da edificação.

Pode-se dizer que para o valor utilitário a forma de conservação a que é submetido um monumento é indiferente, desde que não se comprometa sua existência e de que concessões não sejam feitas, em absoluto, ao culto de antiguidade. É necessário considerar que o valor de bem-estar físico das pessoas é superior, sem nenhuma dúvida, às necessidades ideais do culto de antiguidade. (RIEGL, 2014, p. 66-67).

No Candomblé, o princípio da entropia²⁶ do tempo é algo respeitado, e que precisa acontecer. A ação do tempo contribui para que os elementos materiais retornem para a massa da terra. “Omolu é a terra, e a terra a tudo consome”, toda matéria retorna para as entranhas do solo, degrada-se e torna-se húmus para o surgimento de novos

²⁴ Limpeza ritual dos assentamentos dos Orixás.

²⁵ Sacrifício votivo destinado às divindades.

²⁶ Entropia do tempo – consiste no movimento natural que leva todas as coisas de volta à massa da terra.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

corpos e formas. A *estetização* e a *fossilização* pretendidas pelas instituições preservacionistas são práticas inviáveis, já que mesmo lentamente e de forma gradual, todos os bens tombados são “tocados” pela ação transformadora do tempo. De modo que as suas materialidades nunca são as mesmas, por mais eficiente e meticulosa que seja a sua conservação. Como explicado por Alois Riegl:

Uma conservação eterna é absolutamente impossível, pois as forças da natureza são mais fortes e vencerão o engenho humano, sendo que o próprio homem, quando confrontado com a natureza como indivíduo, encontra por meio dela o seu desenlace. (REIGL, 2014, p. 61).

Acreditamos que mesmo a conservação dos bens culturais chamados de “patrimônio de pedra e cal” não deve estar pautada em um *congelamento* que traz de volta o tempo pretérito. A conservação desses bens culturais deve consistir na inserção do objeto em outra temporalidade, dando-lhe condições de chegar ao porvir, para que uma época futura se relacione com o passado. A ampliação da Casa de Omolu denota que por mais que um Terreiro de Candomblé seja reconhecido pela sua tradição e antiguidade, a sua permanência e longevidade, ocorre através da constante mutabilidade arquitetônica, material e iconográfica. Os processos de mutabilidade dos bens materiais móveis ou imóveis de um Terreiro, configuram-se como elementos basilares, fundamentais e imprescindíveis para as ações de preservação segundo a ótica do Candomblé. Novas edificações, a resignificação dos símbolos, o dinamismo dos elementos iconográficos, o “dia do nome de uma Iaô²⁷”, a realização de um Axêxê²⁸, à vontade e os desígnios do Orixá, a mutabilidade, transformação, a impermanência da matéria, é o que permite e contribui para a conservação e a perpetuação do fluxo de Axé, o principal patrimônio de um Terreiro de Candomblé.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José Flávio Pessoa de. **A Fogueira de Xangô, o Orixá do Fogo**. Uma introdução à música sacra afro-brasileira. - 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

²⁷ Ritual que marca a apresentação do novo iniciado a comunidade do Candomblé.

²⁸ Ritual fúnebre do Candomblé.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

_____; NAPOLEÃO Eduardo. **Ewé Òrìṣà: Uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé Jêje-Nagô**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DOURADO, Odete. Antigas falas, novas aparências: o tombamento do Ilê Axé Iyá Nassô Oká e a preservação dos bens patrimoniais no Brasil. Risco. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo – programa de pós-graduação do instituto de arquitetura e urbanismo – IAU-USP. São Paulo, N° 14, 02/2011. Disponível em: http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco14-pdf/02_art01_risco14.pdf, acessado em: 01/12/2015.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FILHO, Aulo Barreti. **Dos Yorùbá ao Candomblé Kétu: Origens, Tradições e Continuidade**. Aulo Barreti Filho (org.). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

IPHAN. **O Patrimônio Cultural dos Templos Afro-Brasileiros**. Salvador, BA: Oiti, 2011.

IPHAN. **Políticas de acautelamento do IPHAN: Ilê Axé Iyá Nassô Oká: Terreiro da Casa Branca**. – Salvador, BA: IPHAN, 2015.

IPHAN. **Políticas de acautelamento do IPHAN: Ilê Axé Opô Afonjá**. – Salvador, BA: IPHAN, 2015.

IPHAN. **Processo Administrativo nº 01502.000026/2000-78. Assunto: Terreiro da Casa Branca- “Coroa de Xangô”**. 7ª Superintendência Regional do IPHAN na Bahia, Salvador: 2000.

IPHAN. **Processo Administrativo nº 01502.000319/2002-17. Assunto: Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá – (Casa dos Orixás)**. – Salvador, BA: 2002.

LODY, Raul. **Espaço Orixá e Sociedade, Arquitetura e Liturgia do Candomblé**. Salvador/BA: Ed. Ianamá, 1984.

MATOS, Denis Alex Barboza de. **A Casa do “Velho”: o significado da matéria no Candomblé**. 291f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2017.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem.** Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. – I. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a Morte: Pàde, Àșșèșè e o Culto Égun na Bahia.** 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOBRINHO, José Sant'Anna. **Terreiros Egúngún: Um Culto Ancestral Afro-Brasileiro.** Salvador/BA: EDUFBA, 2015.

SODRÉ, Jaime. **A Influência da Religião Afro-Brasileira na Obra Escultórica do Mestre Didi.** Salvador/BA: EDUFBA, 2006